AS COMEMORAÇÕES DO SETE DE SETEMBRO EM 1922: UMA RE(LEITURA) DA HISTÓRIA DO BRASIL*

*Júlia Ribeiro Junqueira***

Recebido em: 19/05/2011
Aprovado em: 17/09/2011

Resumo

No ano de 1922, uma antiga personagem da história do Brasil — a Independência — voltava a ser o centro das atenções e, certamente, induzia a nação brasileira a se repensar. Tal reflexão se inseria no âmbito das comemorações do centenário da emancipação política do Brasil que, sem dúvida, se constituíram em uma oportunidade ímpar para que houvesse uma reelaboração tanto da memória imperial como daqueles fatos que marcaram a história brasileira. Sob esse prisma, o artigo pretende demonstrar, a partir de alguns dos preparativos para o sete de setembro, como a publicação do *Livro de Ouro* e o lançamento de uma edição especial pelo *Jornal do Commercio*, representaram um artifício para uma re(leitura) da história do Brasil.

Palavras-chave: Centenário da independência do Brasil. Livro de Ouro. Jornal do Commercio. História-memória. História do Brasil

Comemorações: usos de uma história-memória

Falar sobre comemorações e centenário implica o estabelecimento de uma abordagem que se apóia nas noções de história-memória e de "lugares de memória". A referência teórica e metodológica destes conceitos tem sua origem na historiografia francesa, a partir da publicação em três tomos da obra *Les lieux de mémoire* dirigida por Pierre Nora. Com as inquietações diante das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX na França, especificamente a partir das décadas de 1970 e 1980, como será visto, o trabalho monumental de Nora expõe o sentimento de angústia perante as teias da memória, buscando refletir sobre os festivais revolucionários, a produção de monumentos cívicos e, claro, os "lugares de memória".

---

* Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos apresentados na dissertação *Jornal do Commercio: cronista da História do Brasil em 1922*, defendida, em maio de 2010, no Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Durante o curso de Mestrado, a pesquisa teve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / CAPES.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para explicar todo o processo do fenômeno das comemorações, Nora valeu-se de duas datas emblemáticas: o bicentenário da Revolução Francesa e as celebrações de Maio de 68. Estas últimas traziam, em seu âmago, lembranças que encarnavam o projeto de uma memória comemorativa, devido ao momento especial que os franceses vivenciavam naquela década de 1960, quando uma greve geral foi instalada. Tal evento foi visto, por muitos intelectuais, como uma ação revolucionária que propunha transformações sociais.

O bicentenário da Revolução Francesa, ao contrário, acontecia em um período delicado para o país, pois o governo socialista, no poder desde 1981, a partir de 1983 introduziu uma política econômica no molde neoliberal que se afastava daquela ideologia de esquerda. Como consequência, houve um desencantamento por parte dos grupos intelectuais que enxergaram naquela nova conjuntura histórica um esvaziamento do conteúdo e do sentido dos ideais políticos.

Essa celebração esteve, portanto, diante de um paradoxo: a lembrança de 1789 deveria ser fundamentada apenas na data específica, pois, caso englobasse a totalidade do período, entraria em colisão com aquele esvaziamento dos ideais políticos. Logo, o mito da revolução, que antes estabelecia todo o vínculo entre o passado e o futuro da nação, foi quebrado, permitindo que o presente se configurasse como imprevisível e ficasse distante da coerência organizadora da história.

É nesse sentido que a comemoração se apresenta como um instrumento dinâmico, capaz de usufruir de um modelo memorial vinculado ao modelo histórico. Como afirmou Pierre Nora, a história propõe, mas o presente é que dispõe (NORA, 1992, 988). Isto é, o presente seria responsável por criar os mecanismos das celebrações, nos quais uma história-memória representasse o elo com o passado, identificando, assim, os mitos de origem pátria — essencial não somente para manter a coesão de grupos e instituições, mas também para definir seus espaços e suas oposições.

No fundo, a história-memória substituiu, nas sociedades modernas, a memória baseada na oralidade, nos ritos e nas lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Mas se, por um lado, os homens modernos não utilizavam mais a memória oral, por outro, devido à aceleração do tempo, eles tiveram a necessidade de recorrer à história. Deste modo, a história-memória permaneceu associada às identidades inventadas, que careciam de registro e, por conseguinte, da escrita da história, de forma a construir uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo. Assim, de acordo com François Hartog, o entrelaçamento do passado, do presente e do

futuro merece certa atenção. Essas categorias auxiliam a compreender a relação entre a memória, o presente e o passado em um novo regime de historicidade que combina diferentes temporalidades, ordenando as expressões do tempo de forma a lhes dar sentido (HARTOG, 2003, 113-162).

Talvez seja por isso que as comemorações de datas nacionais, segundo Lúcia Lippi Oliveira, normalmente são orientadas para destacar alguns elementos que respeitam determinadas trajetórias, como a organização de eventos cívicos, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de comissões executivas nacionais, montagem de exposição, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos, dentre inúmeras outras atividades (OLIVEIRA, 1989, 172-189). A celebração do centenário da independência do Brasil, em 1922, foi um desses momentos propícios em que se reuniram tais recursos direcionados para a data festiva do sete de setembro. Entre tantas, as abordagens realizadas no *Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*[1], publicado pela Almanak Laemmert, e a edição especial lançada pelos redatores do *Jornal do Commercio*[2] sobre o respectivo acontecimento, chamam a atenção justamente porque em ambas as publicações havia a pretensão de se formar um documento importante de consulta para os leitores interessados em conhecer a história pátria[3].

Com as festividades do centenário, chegava a hora de anunciar um novo país para as outras nações e, até mesmo, para os próprios cidadãos brasileiros, definindo as imagens nacionais, delimitando o território e, por fim, modelando as lembranças do passado para arquitetar os modelos formadores da nacionalidade. Foi sob esse prisma que se encaminharam os preparativos para as comemorações do sete de setembro em 1922.

A preparação para as celebrações dos cem anos da independência

> *A Exposição Internacional de 1922 e as comemorações que se inauguram, aproximando-os das demais potências civilizadas do globo e revelando-lhes, como a nós mesmos, o que somos, após um século de progresso como nação livre, se inscrevem ainda como um dos mais significativos padrões do zelo, patriotismo e amor às tradições nacionais [...]* (FLEIÜSS, 1925, 106).

As palavras acima transcritas foram pronunciadas pelo secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Max Fleiüss, e ilustram perfeitamente o horizonte de expectativa diante da celebração do dia sete de setembro em 1922. O

centenário da independência foi visto como um marco que representaria a entrada do Brasil nos moldes do progresso e da civilização, conceitos que já vinham sendo bastante explorados desde a segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, era um momento propício para fazer uma avaliação do passado, do presente e das perspectivas para o futuro. Sendo assim, vários setores da sociedade, com distintas percepções, não deixaram de participar das comemorações em torno dos cem anos de vida independente da ex-colônia de Portugal.

O governo, desde 1916, já vinha discutindo questões referentes às festividades do centenário e, até mesmo, trabalhando na elaboração de um projeto acerca das distintas celebrações que permeariam a data comemorativa. Mas foi somente três anos mais tarde que esse plano ganhou forma e um conteúdo mais consistente. Substituindo o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 278 de 1916, o de 1919 continha cerca de cem artigos e estabelecia as bases para a constituição de uma comissão para as festas do centenário e todos os processos legais para a realização do respectivo evento. O principal objetivo era que, em todos os pontos do território nacional, se realizassem demonstrações de patriotismo pela data na qual se completava o primeiro século de emancipação política do Brasil. Para atingir tal finalidade, o artigo 1º, parágrafo 4º do Projeto decretava:

> *[...] a comissão comemorativa do centenário da independência do Brasil interessar-se-á junto às comissões estaduais, assim como estas perante as comissões municipais, para que a comemoração desse acontecimento se faça principalmente com obras produtivas morais, intelectuais e materiais, visando sobretudo a instrução, a higiene das populações e o embelezamento das localidades [...]* (**Projeto de Lei de 1919.** Novembro de 1919. Art. 1/§4º).

A comissão do centenário foi composta por Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal; Joaquim Ferreira Chaves, ministro da Justiça e Negócios Interiores; Alfredo Niemeyer, diretor geral dos Serviços Estrangeiros; Pires do Rio, membro da comissão da *Exposição Internacional do Rio de Janeiro*; J. B. de Mello e Souza, secretário geral; Alencar Guimarães, tesoureiro; e João Batista da Costa, diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Além dos encargos estabelecidos no Projeto, o comitê deveria organizar e realizar congressos científicos, literários, históricos, de belas artes, de instrução primária, secundária, superior, técnica e profissional.

Foi a partir desse dispositivo legal que se estabeleceu o concurso público na Capital Federal e nas demais sedes dos outros estados para a composição de trabalhos históricos

que formariam o *Livro de Ouro*. As monografias deveriam ter, no mínimo, cento e cinquenta e, no máximo, duzentas páginas e dissertariam sobre assuntos como o Brasil colonial, a legislação e a instrução brasileiras, a evolução econômica do país, o Primeiro Reinado, o comércio e a indústria, dentre outros variados temas, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Relação dos assuntos que deveriam ser desenvolvidos para a composição dos trabalhos históricos que formariam o *Livro de Ouro*

Assuntos	
1. Os aborígenes do Brasil	13. A arte dramática do Brasil
2. O Brasil colonial. A obra dos bandeirantes	14. A literatura do Brasil
3. A independência do Brasil. Seus pródomos. A ação de José Bonifácio	15. As ciências no Brasil
4. O Primeiro Reinado	16. As religiões no Brasil
5. A Regência	17. A legislação do Brasil
6. O Segundo Reinado	18. As explorações geográficas no Brasil. A formação histórica das fronteiras nacionais
7. A fundação da República, desde os primórdios da propaganda republicana até a Constituição de 24 de fevereiro de 1891	19. O comércio e a indústria no Brasil
8. O exército e a armada do Brasil	20. A viação férrea do Brasil
9. A diplomacia do Brasil	21. A construção naval e navegação no Brasil
10. A evolução econômica e financeira do Brasil	22. A assistência pública e instituições de previdência no Brasil
11. As belas artes no Brasil	23. A instrução pública no Brasil
12. A música no Brasil	24. A higiene no Brasil
	25. A imprensa no Brasil

Fonte: Projeto de Lei de 1919. Novembro de 1919. Art. 3º. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

Ulterior concorrência estipulada pelo Congresso Nacional foi referente à realização de pequenos esboços a óleo, com um metro de comprimento por 0,70 de altura, de quadros históricos e alegorias sobre fatos da história do Brasil.

Tabela 1: Relação dos assuntos que deveriam ser desenvolvidos para a composição dos pequenos esboços a óleo para a celebração do centenário da independência do Brasil

1. Quadros Históricos	**2. Alegorias**
1.1 O desembarque do príncipe regente d. João na Bahia	2.1 A fundação do Império
1.2 O Fico	2.2 Aos heróis do exército e da armada
1.3 A proclamação da independência	2.3 As três raças — aborígene, européia e africana — sintetizando o concurso desses

	elementos étnicos na formação da nacionalidade brasileira
1.4 A abdicação de d. Pedro I	2.4 A Lei Áurea
	2.5 A proclamação da República
	2.6 A unidade da pátria através do primeiro século da sua emancipação política

Fonte: Projeto de Lei de 1919. Novembro de 1919. Art. 4º. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

As telas premiadas seriam destinadas ao futuro Museu Histórico Nacional, a ser construído de acordo com o artigo 5º do Projeto de 1919. O estabelecimento ainda guardaria, após a devida catalogação e estudo, quaisquer objetos de importância histórica que tivessem relação próxima ou remota com o Brasil, permitindo atestar a evolução da civilização brasileira e manter o culto da tradição através das lembranças das glórias nacionais. Abriu-se, ainda, concurso para a composição de uma ópera histórica, em torno da ideia de independência, que se referisse à vida nacional, em três ou quatro atos. O autor da ópera classificada em primeiro lugar receberia o prêmio de vinte e cinco contos de réis (25:000$000[4]) e a mesma seria solenemente exibida no dia do centenário da independência.

Outros eventos também fizeram parte das festividades e estavam estipulados no Projeto de Lei de 1919. Um deles foi a realização, entre os dias 1º a 20 de setembro de 1922, do Campeonato Nacional do Remo no Rio de Janeiro. No mesmo período, as duas sociedades hípicas da Capital — o Jockey Club e o Derby Club — promoveriam duas grandes corridas, nas quais só poderia haver a participação de animais brasileiros. Prêmio interessante foi o assentado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio destinado àqueles que, até a presente data de sete de setembro de 1922, apresentassem maior área de replantio florestal.

Dando início aos trabalhos, como estava previsto no artigo 38º do respectivo Projeto, uma das primeiras ações do Estado foram os melhoramentos na Capital do país, permitindo que a cidade ficasse limpa, saneada e com um bom aspecto para receber a *Exposição Internacional*, atividade programada para as comemorações do centenário, e os estrangeiros que nos visitariam. Carlos Sampaio, em 1920, já havia contratado a empresa — Lord Belfour of Burleigh-Mitford-Teixeira Soraes — para a realização de obras no Rio de Janeiro. Em carta dirigida ao prefeito do Distrito Federal, F. Adamczuk, representante do referido grupo empresarial, esclareceu que as obras e serviços seriam executados nos seguintes âmbitos: arrasamento do morro do Castelo, abertura da Avenida do morro da

Viúva, aterro da Praia do Caju, aterro da Lagoa Rodrigo de Freitas e abertura da Avenida Maracanã (ADAMCZUK, 1920).

Os reparos na cidade causaram sérias discussões e a principal delas talvez tenha sido o arrasamento do morro do Castelo no centro da cidade. Debates infindáveis sobre a destruição ou não do morro repercutiram na imprensa, frutos de duas visões distintas.

A primeira, contrária às obras, especificamente o arrasamento, argumentava que a região do Castelo seria o marco histórico da fundação da cidade, local que abrigava as igrejas de São Sebastião do Castelo e a de Santo Inácio. Sendo assim, afirmava ser um sacrilégio acabar com um lugar sagrado que guardava parte da memória histórica do Rio de Janeiro.

Por outro lado, existiam opiniões a favor de tais obras na cidade, que se embasaram nos procedimentos civilizatórios e modernos para corroborar o argumento. Nessa visão favorável, os melhoramentos na capital eram necessários, e o morro do Castelo representava a desorganização sanitária com os surtos de varíola e febre amarela, bem como o atraso, em contraste com a imponente Avenida Rio Branco, que ficava a apenas vinte metros de distância da visível barbárie que o morro simbolizava (MOTTA, 1992, 54-65). A disputa terminou com a vitória dos interesses "modernos" e o então prefeito, Carlos Sampaio, ordenou a demolição do morro.

Sobre parte da área demolida de tal região, rasgaram-se largas ruas, onde foram construídos pavilhões para a *Exposição Internacional* do centenário da independência do Brasil[5]. Assim como os melhoramentos, construções e obras na cidade do Rio de Janeiro, o certame também entrou no calendário oficial para as celebrações de 1922. Era a primeira vez que se realizava uma exposição internacional no Brasil, e não em alguma capital do hemisfério Norte, o que acontecia frequentemente, como foi a inaugurada em Londres, em maio de 1851, que teve, como tema principal, a indústria.

A comissão organizadora da mostra foi composta pelo ministro interino da Agricultura Indústria e Comércio, também ministro da Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio, sendo Antônio Olintho dos Santos Pires o primeiro vice-presidente e Antônio Assis de Pádua Rezende o segundo vice-presidente, além de diretor da revista *A Exposição de 1922*. Já Delfim Carlos da Silva ocupou o cargo de secretário geral e Mário Barbosa Carneiro o de tesoureiro.

A porta principal da *Exposição* foi edificada sobre o eixo da Avenida Rio Branco, entre o jardim do Palácio Monroe e um terreno particular que lhe ficava fronteiro[6]. A

elevação era de 33 metros, abrindo-se num grande arco, cujo vão media cerca de 14 metros de altura. Os autores do projeto foram os arquitetos Edgard Vianna e Mario Fortim. Já na outra extremidade do certame, construiu-se uma porta em estilo colonial que dava entrada para a "seção brasileira". O projeto de tal obra pertencia ao arquiteto Rafael Galvão (**Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro**, 1923, 308).

Ilustração 1: *Porta principal da Exposição Internacional do centenário da independência do Brasil*

Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=837422. Acesso em 04/01/2011

O Palácio Monroe acomodou a comissão da *Exposição*, funcionando como um centro administrativo, onde, no andar térreo, instalou-se o escritório oficial de informações. No primeiro pavimento ficaram os escritórios do comitê e, no segundo, os salões de festas e de recepções.

Os demais prédios construídos serviram para abrigar os pavilhões nacionais e estrangeiros. Estes foram criados para que governos ou industriais das nações amigas convidadas a participar do evento pudessem exibir os produtos originários de seus países, como foram os casos da Argentina, do Japão, do México, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da Itália, da Dinamarca, da Noruega, da Bélgica, da França e de Portugal. A circular do dia 31 de março de 1921 do Ministério das Relações Exteriores esclarecia o então convite aos representantes estrangeiros no Brasil para participar da *Exposição Internacional*:

Às embaixadas e legações estrangeiras no Brasil
Rio de Janeiro, 31 de março de 1921
Senhor...,
Tenho a honra de comunicar a V. ..., a fim de que se digne transmitir ao seu governo, à imprensa e aos demais interessados do seu país que, para a comemoração do centenário da independência do Brasil nesta capital, de setembro a novembro de 1922, o governo federal reservará, no recinto da exposição nacional a ser realizada, uma área de terreno aos governos ou expositores estrangeiros que desejem construir pavilhões para a exibição de produtos originários dos seus países, conforme comunicação que acabo de receber do senhor ministro da Justiça e Negócios Interiores. [...] Transmito, assim, ao governo de V. Exa. este convite oficial do governo brasileiro, agradecendo o concurso que se dignar prestar a tão relevante cometimento [...] (**Caderno do Centro de História e Documentação Diplomática**, Ano V, nº 8, 2006, 86-87).

De acordo com o regulamento da mostra, os expositores julgados pelo júri seriam premiados com as seguintes distinções: Diploma de Grande Prêmio, Diploma de Honra, Diploma de Medalha de Ouro, Diploma de Medalha de Prata e Diploma de Medalha de Bronze. Haveria também a criação de uma medalha oficial do certame[7] e a de uma moeda comemorativa do centenário que seriam escolhidas após o julgamento do melhor projeto, ficando este a cargo da Casa da Moeda, devendo as vencedoras entrar em circulação a partir do dia 1º de setembro de 1922. Além disso, realizou-se concurso público para a composição de desenhos de selos postais para a celebração dos cem anos da independência (**Projeto de Lei de 1919**, novembro de 1919, Arts. 18 e 19)[8].

Ilustração 2: *Medalha da Exposição Internacional de 1922-1923*

Fonte: *Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923, p. 372. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

No final do mês de agosto de 1922, alguns dos convidados estrangeiros que vieram para a celebração do centenário já desembarcavam no porto da cidade do Rio de Janeiro, como foi noticiado no *Jornal do Commercio*:

> *A bordo do Massila, chegaram ontem a esta capital, vários membros da embaixada especial da França na comemoração do nosso centenário (sic), que ficarão sob a chefia do Sr. Conty, investido no caráter de embaixador extraordinário em missão especial [...]* (***Jornal do Commercio***, 1º de setembro de 1922, 3).

Outros eventos ocorridos nos primeiros dias de setembro também demonstravam a preparação para os festejos do dia sete. Ainda, nas reportagens no *Jornal do Commercio,* informou-se sobre a sessão preparatória realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o *Congresso de História da América* e o início dos trabalhos de instalação dos mostruários brasileiros pelos expositores do Distrito Federal (***Jornal do Commercio***, 1º e 2 de setembro de 1922, 6 e 11)[9].

As cerimônias da festa comemorativa começaram oficialmente no dia 6 de setembro com a entrega, no Palácio do Catete, de credenciais ao presidente da República por parte dos embaixadores e ministros plenipotenciários em missão especial dos governos estrangeiros. Logo após este evento, houve uma parada militar, na qual as tropas, que se estendiam numa linha de cerca de oito quilômetros, desde a Avenida Rio Branco, passando pelo cais do porto, até a Avenida do Mangue e ruas de São Cristovão e Escobar, davam as boas vindas ao centenário. Já por volta das 12 horas, as crianças de todas as escolas primárias da Capital da República, como do Brasil inteiro, deveriam realizar a cerimônia do juramento de fidelidade e amor eternos à Bandeira Nacional. Às 16 horas era inaugurada a *Exposição Internacional do Rio de Janeiro* com a presença do presidente da República, das embaixadas estrangeiras, dos ministros de Estado, do prefeito, dos membros da comissão do certame, entre outros convidados ilustres.

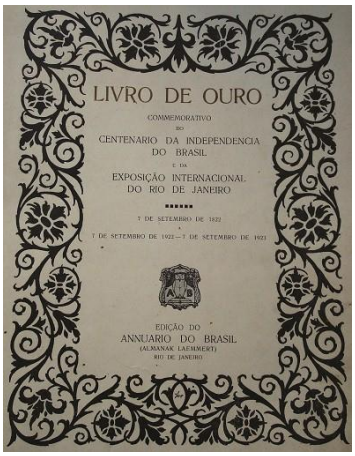
A propósito da mostra, lançou-se a revista — *A Exposição de 1922* — com a incumbência de divulgar e promover tanto o planejamento da mesma, como anunciar os diversos produtos a serem expostos não só pelo Brasil, mas pelas demais nações amigas que participariam do projeto. No primeiro número da revista, lançado em julho de 1922, Pádua Resende pontuou que a exposição, a ser inaugurada no dia sete de setembro, seria a ocasião para demonstrar o progresso brasileiro (RESENDE, apud ***A Exposição de 1922***, 1922).

Mas não foi somente na capital da República que a data do centenário da emancipação política do Brasil seria festejada com entusiasmo. Outros estados também se dedicaram à execução de projetos que colaboraram para as celebrações solenes da pátria. Em Minas Gerais, por exemplo, as sugestões para um programa comemorativo se constituíram na instalação, no dia sete de setembro de 1922, de uma direção comum e organização regulamentar do Museu Mineiro, criado em 20/07/1910, com o Arquivo Público. E mais: a impressão gratuita de quatro memórias de diferentes autores mineiros, versando uma sobre a história de Minas, outra focalizando a geografia da região, a terceira discorrendo sobre as riquezas econômicas e uma última sobre ciências, letras e artes mineiras. Ainda seria feita a cunhagem de uma medalha comemorativa do centenário com desenhos e emblemas, acrescido de dizeres alusivos à co-participação histórica de Minas Gerais na grande festa nacional com a legenda obrigatória — *Deus, Pátria e Liberdade* (**Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, 20 de agosto de 1921).

Já o encerramento oficial das festividades do centenário contou com a publicação do *Livro de Ouro*, que juntamente com a *Edição* lançada pelos redatores do *Jornal do Commercio* também representaram um artifício para uma re(leitura) de alguns fatos e eventos da história brasileira através de uma bem montada história-memória.

Um editorial, um enredo

Ilustração 3: *Capa do Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*



Fonte: *Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Obra bem extensa, o *Livro de Ouro*[10] foi dividido em cinco partes, nas quais foram expostas, além das diversas temáticas que englobavam os assuntos científicos, literários, históricos, geográficos, de belas artes e econômicos, aquelas referentes ao certame realizado no Distrito Federal.

Na primeira parte, encontram-se trinta artigos que fazem uma retomada histórica da política, da sociedade, da cultura, da economia e de outros diversos assuntos concernentes ao Brasil, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Artigos publicados no *Livro de Ouro*

Título	Autor
1. Vaz de Caminha e a sua carta	Capistrano de Abreu
2. Confins territoriais do Brasil	Mário de Vasconcelos
3. Notícia histórica	Rocha Pombo
4. A propaganda republicana	Júlio Carmo
5. A literatura brasileira	Ronald de Carvalho
6. As artes plásticas	Ronald de Carvalho
7. A caricatura no Brasil de 1822 a 1922	Raul Pederneiras
8. Ensaio sobre a música brasileira	Renato Almeida
9. O teatro no Brasil	sem referência
10. A evolução religiosa no Brasil	Nestor Victor
11. Organização religiosa	Jackson de Figueiredo e Perillo Gomes
12. O pensamento filosófico no Brasil	Renato Almeida
13. A Escola Médica brasileira	A. Austregésilo
14. Evolução da arquitetura no Brasil	A. Morales de los Rios
15. Cem anos de engenharia	sem referência
16. O ensino público no Brasil	Afrânio Peixoto
17. Aspectos da sociedade brasileira	Elysio de Carvalho
18. As bases genéticas do nosso Direito Constitucional	Heitor Lyra
19. A diplomacia da independência	Hildebrando Accioly
20. O padre Cícero e o folclore	Gustavo Barroso
21. A evolução econômica do Brasil	Victor Viana
22. Finanças do Brasil	Elysio de Carvalho
23. A imprensa na independência	Barbosa Lima Sobrinho
24. Academia Brasileira de Letras	sem referência
25. A viação férrea no Brasil	sem referência
26. Cem anos de Comércio Exterior	sem referência
27. O Exército Brasileiro	Cel. Joaquim Marques da Cunha
28. Síntese histórica da Marinha de Guerra Brasileira	Raul Tavares
29. Em 1822	Rodrigo Octavio Filho
30. O Brasil de hoje	sem referência

Fonte: *Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Nota-se que, em grande parte, os artigos publicados respeitaram as temáticas propostas no Projeto de Lei de 1919[11], englobando tanto os fatos históricos, desde a chegada dos portugueses, quanto os econômicos, sociais e culturais que demonstrassem certa evolução das instituições, da cultura e da sociedade brasileiras.

Já a segunda é composta de seis temas, a saber: *A voz da imprensa*, *A Exposição Internacional*, *As grandes festas*, *Congressos e Conferências*, *Homenagens estrangeiras*, *Notas várias* e *Encerramento das festas*. No tópico *A voz da imprensa*, tratou-se da abordagem dada por este meio de comunicação ao centenário, além dos vários números especiais lançados sobre o tema. A primeira edição a ser mencionada foi justamente a do *Jornal do Commercio*, seguindo-se a do *Estado de São Paulo*, cuja publicação se dividiu em diversos números. Acrescentaram-se ainda as folhas especiais da *América Brasileira* que contou com o artigo *Raízes do Idealismo* de Graça Aranha, a do *Monitor Mercantil* que registrou uma síntese da economia brasileira, a d'*O Paiz*, a do *Jornal do Brasil* com a publicação em dois números, a d'*A Noite*, do *Mundo Literário*, da *Fon-Fon!*, d'*A Federação*, entre outras.

A terceira parte do livro dedica-se àqueles denominados "os fundadores do Império e da República", ilustrada com fotos de José Bonifácio de Andrada e Silva, d. Pedro I, Benjamin Constant, Marechal Deodoro e os demais presidentes. A quarta desenvolve uma síntese de cada estado brasileiro, incluindo o Distrito Federal. Por último, arrematando o livro, apresenta-se um resumo sobre a imprensa, no qual se fez uma retomada histórica sobre o *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *O Correio da Manhã*, o *Imparcial* e o *Estado de São Paulo*. Ainda, acrescido de um tópico, com o título *Saudações Portuguesas*, na qual se apresentaram artigos escritos por Alberto d'Oliveira, Antonio Baião, Lucio d'Azevedo, visconde de Carnaxide, Mendes Corrêa, Alberto Pimentel e João de Castro.

De certo, o enredo no *Livro de Ouro* direcionava o tema da comemoração do centenário para um olhar sobre o passado — os cem anos precedentes —, de forma a estabelecer um traço de continuidade na história brasileira. A narrativa entrelaçou as diversas temáticas: trabalhos históricos, artigos sobre a imprensa, a *Exposição Internacional*, a festa comemorativa, e as ilustrações; com o centenário da independência, tempo presente, mantendo a conexão com as lembranças do passado e as projeções do futuro. Guardadas as devidas proporções, semelhante urdidura apresentou-se na *Edição* do *Jornal do Commercio*.

Como foi salientado, vários periódicos lançaram números especiais na passagem dos cem anos da emancipação política do Brasil. A do *Jornal do Commercio*, todavia, chama a atenção não só por tratar-se de um exemplar volumoso, com 470 páginas, mas, principalmente, por permanecer como único órgão da imprensa que desde a data da sua fundação, em 1827, ainda não tinha sofrido nenhuma interrupção: um folhetim apenas cinco anos mais moço que a independência. Talvez seja por isto que, no editorial da publicação comemorativa de 1922, declarava-se:

> *O Jornal do Commercio, que saiu à publicidade cinco anos depois da independência, que no início de sua própria existência cooperou com os que tinham fundado o Império, deles recebeu o influxo e as vibrações patrióticas [...]; [...] guarda nas suas coleções de noventa e cinco anos todos os influxos diretos e todos os ecos e todas as polêmicas da história do Brasil. Todos os acontecimentos, de toda espécie e ordem, foram consignados ou recordados nas nossas colunas. Por isso, os nossos destinos sempre estiveram vinculados aos destinos nacionais, e através das nossas coleções é possível reconstituir toda a história do Brasil* (***Jornal do Commercio***, Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil, 1922, 5).

Comemorar o centenário era também um movimento de ordem histórica, que carregava consigo o processo de amadurecimento de um país que tinha a independência como um momento que marcava a fundação da sua nacionalidade. A partir dessa mesma perspectiva, os redatores do *Jornal do Commercio* organizaram a apresentação da *Edição*, já elucidando a narrativa que iria delinear a folha especial lançada para as celebrações.

Em nota veiculada no dia sete de setembro de 1922, o *Jornal do Commercio* informava, junto aos leitores, o motivo pelo qual não havia concluído a tempo, a *Edição*. Na mesma notícia foi divulgada a ilustração da capa[12] da futura folha do centenário, acrescida da introdução e dos primeiros capítulos da narrativa, relativos aos anos de 1822 e 1823. Vale ressaltar que, de acordo com essa notificação, provavelmente o número especial não chegaria a ser publicado tal como fora planejado. A previsão era de que a folha iria formar um grosso volume de mais de quinhentas páginas, abrangendo toda a história do Brasil, desde a independência até a República. Entretanto, o exemplar alcançou 470 páginas, recaindo a ênfase no período imperial, ficando a história republicana restrita a uma espécie de apêndice, com a caracterização administrativa dos estados brasileiros.

Ilustração 4: *Capa do Jornal do Commercio. Edição comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*

JORNAL DO COMMERCIO

1822 7 DE SETEMBRO 1922

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil, 1922. Acervo Particular.

A princípio, o exemplar comemorativo do centenário foi dividido em blocos anuais até 1840, ou seja, o ano do "Golpe da Maioridade". A partir daí, o material seria organizado em decênios. A justificativa para a mudança decorria do número expressivo de notícias e fatos que se apresentavam a partir do Segundo Reinado. No entanto, ao optar pela divisão em decênios, muitos episódios ficaram excluídos na narrativa, o que acarretou em uma quebra na composição anual que vinha sendo feita até então, ou seja, o registro feito ano a ano.

Já as possíveis explicações para o recorte final, o ano de 1890, podem ser atribuídas a um conjunto de fatores, como a dificuldade em tratar dos trinta anos que sucederam à queda da Monarquia, por esse período se configurar como uma história que, naquele momento, seria muito recente, ainda agravado pelo fato de a Primeira República ser vista, na época, como uma fase que não correspondeu às expectativas e que levantou inúmeros questionamentos[13]. É importante lembrar que uma história do presente sofreu inúmeras críticas desde o segundo quartel do século XIX, inclusive no Brasil. Defendia-se o necessário afastamento temporal do historiador para melhor atender ao critério da imparcialidade (ARAUJO, 2008, 152). Possivelmente, os redatores do *Jornal do Commercio*, no número especial de 1922, comungavam dessa mesma visão.

No entender dos redatores, na *Edição* se buscava reconstruir a história do Brasil, por meio de uma seleção das notícias publicadas no periódico durante os noventa e cinco

anos anteriores. No entanto, pode-se detectar um interstício no projeto do número especial, visto que a folha iniciava sua narrativa a partir do ano de 1822 e, como se alegara, eram 95 anos de história. Ocorria, portanto, um hiato, já que, entre os anos de 1822 a setembro de 1827, não havia ainda o *Jornal do Commercio*. Logo, um artifício foi utilizado para abranger esses cinco anos após a independência. Ao que tudo indica, para dar conta daqueles anos, além de se apoiar em informações de várias origens, aproveitou como fonte, o *Spectador Brasileiro*, periódico, assim como o *Jornal do Commercio*, fundado por Pierre Plancher e que antecede este último, começando suas atividades em 1824, ano em que o francês chegou ao Brasil.

A *Edição* é introduzida por uma apresentação, abordando alguns personagens, eventos e fatos da história brasileira, acrescida de uma espécie de explicação para o lançamento do número especial. São onze artigos, dos quais dez foram escritos no ano de 1922 e um foi, na verdade, a republicação do editorial do cinquentenário da independência, em 1872. Dos artigos de 1922, apenas um não tem título, sendo os demais nomeados da seguinte forma: *Os que fizeram o Brasil*, *O que fez o Brasil*, *A independência*, *Significação do 7 de setembro*, *A evolução do Brasil livre*, *O Brasil de 1822 e o de 1922*, *A história do Brasil*, *Os grandes anais* e *O nosso número do centenário*. Os oito primeiros textos procuraram explanar aos leitores a importância de festejar os cem anos da emancipação política, além de pontuar os elementos catalisadores, que garantiram toda a glória da independência e o sucesso nos anos posteriores.

Nos outros dois artigos, *Os grandes anais* e *O nosso número do centenário*, os redatores pretenderam entrelaçar a própria história do *Jornal do Commercio* com a história pátria. Diziam que os historiadores encontrariam passagens inéditas da nossa história e, por isto, o periódico permanecia como um museu histórico, uma enciclopédia, uma biblioteca sobre o Brasil. Ou seja, qualificaram o diário como um testemunho ocular da história nacional, o que lhe daria autoridade para que ele fosse comparado até mesmo ao próprio Michelet: "Nas 34.845 edições passadas do *Jornal do Commercio* a história é bem a ressurreição de que falava Michelet" (***Jornal do Commercio***, Op. cit., 5). E também argumentaram da seguinte forma:

> *Assim, pareceu ao Jornal do Commercio que a melhor forma de comemorar a data do primeiro centenário da nossa independência política seria a que pôs em prática e que este número especial atesta e realiza: — o aproveitamento do próprio material que guarda. Poderíamos reconstituir a história com esses e outros documentos, mas, tendo o Jornal cabedal de tal ordem, seria*

> *contraproducente ir buscar em outros lugares o que não falta nas suas coleções. [...] Se não é possível escrever a história do Brasil sem consultar as coleções do Jornal do Commercio, não caberia a nós escrever história senão fazendo uma seleção do que nos parece mais apropriado para reconstituir o século de vida independente do país que hoje confirma as alegres esperanças de seus grandes fundadores* (***Jornal do Commercio***, Op. cit., 5).

A sucessão dos artigos é bastante elucidativa para se entender a montagem de um enredo interno coerente com a proposta dos redatores de registrar a evolução econômica e financeira do país, o seu progresso agrícola, industrial e comercial, a transformação dos costumes, a evolução das ideias e as lutas políticas. Um dos primeiros temas tratados na apresentação refere-se, como ficou explícito na publicação, às riquezas do Brasil, à influência do pensamento europeu, ao passado pacífico sem grandes questionamentos e como esses fatores contribuíram para que o país fosse predestinado pela geografia e pela história a desempenhar um papel de primeira grandeza no mundo ocidental.

Além disso, deixava-se claro que nossa opulência continha preciosidades que o mundo moderno buscava constantemente e que, para o equilíbrio econômico dos países, a co-participação do Brasil seria indispensável. Não menos importante, formava a incipiente cultura intelectual dos brasileiros que, universalizada, proporcionava ao país uma característica acolhedora. Ademais, as ideias europeias estavam presentes desde o período colonial, *i.e.*, "O Brasil foi obra consciente de pioneiros obscuros, e acompanhou depois toda a evolução do pensamento europeu que provocou a eclosão da liberdade da América" (***Ibidem***, 1). Mais adiante havia uma nota extensa afirmando que toda a renovação intelectual dos séculos XVIII e XIX se repercutiu na sociedade brasileira, desde Locke, passando por Adam Smith até Jean-Baptiste Say. Acrescentaram-se também as obras de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, atribuindo ao autor a qualidade da clareza quando tratou dos temas da independência econômica e da liberdade comercial.

Um discurso análogo torna-se visível ao se comparar o artigo do ano de 1872 com os de 1922, especificamente, em torno da ideia de um passado pacífico com a exaltação dos "heróis" da nação e dos príncipes que aqui governaram. Assim como foi registrado no editorial dos cinquenta anos da independência, o pensamento de que o Brasil conquistou sua emancipação sem muito derramamento de sangue e que, apesar de alguns contratempos, tudo ocorreu de forma tranquila, vê-se o mesmo juízo ressurgir na apresentação de 1922.

> *[...] A nossa história é suave, e no meio das lutas para a conquista do território, na aquisição de direitos e liberdade, guardamos uma singularidade que nos honra. O Brasil, em quantidade, ostenta o maior território ininterrupto sob o mesmo governo uno e indivisível, e essa originalidade geográfica é completada por outra, de ordem histórica, que demonstra a brandura excepcional de costumes e o senso jurídico da raça* (***Ibidem***, 1).

Nesta mesma citação, nota-se a utilização da noção de continuidade: a ininterrupção do território e da unidade administrativa. Ainda no primeiro artigo de 1922 encontram-se as seguintes palavras:

> *Nenhum governador geral foi deposto; a independência foi feita, não pela destituição da autoridade do antigo delegado da metrópole [...] mas, ao contrário, pelo seu reforçamento. Houve transformação de expressão de sua autoridade, mas não interrupção ou mudança* (***Ibidem***, 1).

No editorial *Os que fizeram o Brasil*, o traço de continuidade volta a se destacar. Os portugueses são mencionados como aqueles que iniciaram a criação da grande pátria e que trouxeram "as sementes e os gados adaptáveis para o território brasileiro". A partir dessa iniciativa, as entradas, as bandeiras e depois o tráfego de escravos eram os meios para obter a mão de obra capaz de lavrar a terra que se oferecia tão cheia de riquezas. Foi assim que o Brasil prosperou, plantando cana e exportando o açúcar, explorando o pau-brasil, as resinas e gomas, o fumo, o algodão, o café e outros produtos. O artigo ainda acrescentou que, com a chegada de d. João VI, o regime protecionista, até então bem sucedido e que trazia benefícios para o Brasil, se deparou com o movimento libertador que atingia a colônia portuguesa após sacudir a Europa. Logo, o então príncipe regente, já afinado com tais pensamentos, assinou a carta régia de 28 de janeiro de 1808, abrindo os portos brasileiros às nações amigas e permitindo ao país traçar novos caminhos para o seu desenvolvimento e amadurecimento.

> *D. João e D. Pedro foram desde então os instrumentos da intelectualidade brasileira despertada pela renovação intelectual do mundo. E foi nessa atmosfera de vida nova, que os dois Príncipes portugueses, com superioridade de espírito e compreensão perfeita da fundação de um grande Império, presidiram a elevação do Brasil a Reino, apenas unido a Portugal, à independência e finalmente a completa separação política da velha metrópole* (***Ibidem***, 2).

A exaltação ao jovem monarca, d. Pedro I, também esteve presente no texto *Significação do 7 de setembro*, que acrescentou à independência a característica de um movimento, no qual houve a participação da imprensa, das sociedades maçônicas, das juntas governativas, dos homens bons do Senado da Câmara e dos próprios ministros do príncipe regente. E ainda se afirmou que todos os participantes eram homens de cultura e de vasta ilustração, a exemplo de Frei Sampaio, Januário Barbosa, os irmãos Ledo, os irmãos Andrada, que contribuíram para o desenvolvimento da ideia de separação e estavam embebidos de toda a cultura de seu tempo.

Já no artigo *O Brasil de 1822 e o de 1922*, há um pequeno esboço histórico, enfatizando a evolução política, econômica, social e cultural destes cem anos após a independência. Por fim, no texto *A história do Brasil*, os redatores revelaram que a nossa história ainda estava em parte por escrever, não pela falta de historiadores, mas porque não existiriam cursos sistemáticos, cátedras especializadas e escritores dedicados exclusivamente ao assunto, embora fossem enaltecidos nomes como de Francisco Adolfo de Varnhagen, João Manuel Pereira da Silva, Robert Southey, Carl Friedrich Phillip von Martius, Joaquim Manuel de Macedo, José Pedro Xavier da Veiga e José Feliciano Fernandes Pinheiro, atribuindo-lhes o título de mestres da história brasileira. Também não se deixou de mencionar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a atuação de d. Pedro II como um dos principais incentivadores no processo de reconstituição do nosso passado.

O prestígio da antiga folha carioca, que na data do centenário da independência completava noventa e cinco anos, certamente autorizava seus redatores a elaborarem um número tão especial e rico como o que se lançou em 1922. Ademais, vale destacar que houve uma enfática reelaboração da memória imperial nas suas colunas, além de um enredo, na apresentação da *Edição*, que produzisse uma noção de continuidade dos fatos e dos eventos da história brasileira, desde o período colonial até àquela presente data de sete de setembro de 1922.

Considerações finais

O ato de comemorar perpassa a sacralização das representações comuns de uma nação. Fundamentando-se juntamente com uma memória coletiva, as celebrações tornaram-se uma temática usada para, por meio de uma encenação, constituir-se em um reforço da tradição, do patrimônio, de configuração de um espaço aos locais de memória,

outrora destinados àquela memória associada à oralidade, à vivência e ao processo cíclico (NORA, 1992). E mais: a própria aceleração do tempo implicava um amanhã cada vez mais incerto, levando a uma intensa produção de história-memória que não se deixasse perder diante de um futuro impreciso.

Sob esse prisma, percebe-se que nos eventos direcionados para as festividades de 1922, assim como na própria *Edição* e no *Livro de Ouro*, houve uma preocupação em fazer uma (re)leitura da história do Brasil a partir de diversos aspectos. Ou seja, não somente através da escrita, mas também, utilizando-se a iconografia, através dos quadros, alegorias, ilustrações, selos, medalhas e outros artifícios, para uma reelaboração da memória imperial e de outros eventos da nossa história. É certo que, tudo deveria de alguma forma fazer a aproximação com o presente, *i.e.*, o centenário da independência, em um diálogo com o passado e, até mesmo, com o futuro.

Neste sentido, destaca-se a ênfase produzida para a questão do progresso brasileiro. Inúmeras vezes houve a necessidade de mostrar que estes cem anos da emancipação política demonstravam como o país tinha apresentado um desenvolvimento nos diversos setores da sociedade, política, economia, cultura, como se constata através dos seguintes temas abordados no *Livro de Ouro* e na *Edição*: *A unidade da pátria através do primeiro século da sua emancipação política*, *A evolução religiosa no Brasil*, *A evolução econômica do Brasil*, *Cem anos de Comércio Exterior*, *A evolução do Brasil livre*, *Evolução da arquitetura no Brasil*, *O Brasil de 1822 e o de 1922*, dentre tantos outros. Por outro lado, o realce se fez através de uma projeção desse progresso para os anos vindouros, no qual as matérias em relação à *Exposição Internacional* demonstravam tal perspectiva: o certame seria ocasião para que o mundo apreciasse este Brasil "evoluído" nos costumes, nas ideias, nas artes, no seu desenvolvimento material; para entrar no rol dos moldes do progresso e da civilização.

Também fica perceptível nos enredos do *Livro de Ouro* e da apresentação da *Edição* que ambos se valeram de estratégias retóricas para que a história-memória do Brasil veiculada se caracterizasse pela noção de continuidade, de progresso e de desenvolvimento em toda sua trajetória. A chegada dos colonizadores portugueses teria dado o início a esta grande história, que sem ininterrupções, chegava com muito brilho e esplendor naquelas comemorações do sete de setembro em 1922. Pensamentos não tão discrepantes, visto que, como argumentou Manoel Salgado Guimarães, a construção da ideia de nação, no caso brasileiro, não vai de encontro à antiga metrópole, mas, ao

contrário, a nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de certa tarefa iniciada pela colonização portuguesa (GUIMARÃES, 1988, 6).

A independência voltou a ser o centro das atenções em 1922 e, certamente, as celebrações em torno do seu centenário foram vistas como um momento propício para se fazer uma reavaliação do passado. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que revirar a história destes cem anos, ou parte dela, foi mais fácil para aqueles homens que viviam no século XX e que já mantinham certo distanciamento temporal dos acontecimentos que marcaram a emancipação política do Brasil. Ademais, as reflexões e os discursos produzidos no âmbito dessa comemoração instigaram a produção de uma história-memória tanto da independência como dos anos posteriores a esse evento, reforçando um traço contínuo e ininterrupto de construção da nacionalidade brasileira.

THE CELEBRATIONS OF THE 7th SEPTEMBER NATIONAL DAY IN 1922: A REASSESSMENT OF BRAZILIAN HISTORY

Abstract

In 1922, an ancient character of Brazilian history — the Independence — became once again the centre of attention and, indeed, prompted the Brazilian nation to rethink its identity. Such reflection fit within the celebration context of the centennial celebration of independence, which, undoubtedly, provided a unique opportunity for a reformulation of both the imperial memory and those events that marked Brazilian history. Within this framework, this paper seeks to demonstrate, based on some of the arrangements for the 7th September, how the publication of the book *Livro de Ouro* and the launch of a special edition by *Jornal do Commercio* represented a means for reassessing Brazilian history.

Keywords: Centennial of Brazilian independence. Livro de Ouro. Jornal do Commercio. History-memory. Brazilian History.

Referências bibliográficas

1. Fontes

A Exposição de 1922, 1922-1923.

Jornal do Commercio, setembro de 1922.

Jornal do Commercio. Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil, 1922.

Caderno do Centro de História e Documentação Diplomática. Circulares do Ministério das Relações Exteriores: 1912-1930. Ano V, nº 8. Circular nº 4 do Ministério das Relações Exteriores às embaixadas e legações estrangeiras no Brasil. 31 de março de 1921. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

Carta de F. Adamczuk ao prefeito do Distrito Federal, apresentando as bases para a realização de obras, melhoramentos e construções na Capital Federal. 5 de setembro de 1920. *Arquivo IHGB*, coleção Carlos Sampaio.

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Projeto nº 97. 20 de agosto de 1921. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

Livro de Ouro comemorativo do centenário da independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro. Edição Anuário do Brasil. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1923.

Projeto de Lei de 1919, substitutivo ao da Câmara dos Deputados nº 278 de 1916, apresentando as bases para a realização das comemorações do centenário da independência. Novembro de 1919. *Arquivo IHGB*, coleção conde de Afonso Celso.

FLEIÜSS, Max. Cem anos de independência, 1822-1922. **Anais do Congresso Internacional de História da América**. v. 1. Rio de Janeiro: IHGB, 1925.

2. Bibliografia

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**; conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845*)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, (1):5-27, 1988.

HARTOG, François. Mémoire, histoire, présent. In: _____. **Regimes d'historicité**. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p. 113-162.

MOTTA, Marly Silva da. Arrasar ou não arrasar, eis a questão! In: _____. **A nação faz 100 anos**; a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 54-65.

NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: _____ (org.). **Les lieux de mémoire**; Les France. t. 3. Paris: Gallimard, 1992, p. 975-1012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2(4):172-189, 1989.

Notas

[1] Daqui por diante, chamado de *Livro de Ouro*.
[2] Daqui por diante, chamada de *Edição*.
[3] Apesar de utilizarmos as duas publicações, o *Livro de Ouro* e a *Edição*, daremos mais ênfase, no tópico — *Um editorial, um enredo* —, ao número especial lançado pelos redatores do *Jornal do Commercio*, visto que foi sobre este periódico que nos debruçamos ao longo da pesquisa do mestrado.

[4] Valor em libra esterlina: £ 355.475,000. O cálculo em libra esterlina para o valor em mil-réis foi feito a partir dos dados fornecidos pelo IPEA sobre a taxa de câmbio média mensal da libra esterlina (réis por pence), na praça do Rio de Janeiro, entre o período de 1808 a 1930. Fonte: http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1373569362&Tick=1270681484804&VAR_FUNCAO=Ser_Hist%28126%29&Mod=M. Acesso dia 29/03/2010.

[5] A princípio seria apenas uma exposição nacional, como se verificou nas sugestões oferecidas nos documentos oficiais. Contudo, em junho de 1920, foi sugerida a realização de uma exposição internacional de comércio e indústria para a comemoração do centenário da independência, título que só entrou em vigor no ano de 1921. Por isto, é possível encontrar as duas denominações para a *Exposição Internacional* de 1922.

[6] Ver Ilustração 1, p. 8. O Palácio Monroe é o prédio à esquerda.

[7] Ver Ilustração 2, p. 9.

[8] Assim como as moedas comemorativas, os selos postais também seriam impressos na Casa da Moeda e postos em circulação pela Diretoria Geral dos Correios a partir do dia 1º de setembro.

[9] Na folha do dia 03/09/1922, a famosa seção Gazetilha foi dedicada ao centenário da independência e tratou de assuntos como a representação mexicana, a homenagem da República argentina e do juramento à bandeira brasileira pelas crianças das escolas do país.

[10] Ver Ilustração 3, p. 11.

[11] Ver a relação dos assuntos que deveriam ser desenvolvidos para a composição dos trabalhos históricos que formariam o *Livro de Ouro* no Quadro 1, p. 5.

[12] Ver Ilustração 4, p. 15.

[13] Outros agravantes, mas de ordem secundária, talvez também tenham contribuído para tal recorte temporário, como, por exemplo, a falta de papel, muito recorrente naquele período, devido à carência de indústrias de celulose no país e, consequentemente, a vasta importação desse produto. E, até mesmo, a questão do tempo, já mencionada na publicação ordinária do dia 7 de setembro no *Jornal do Commercio*, sobre a impossibilidade de terminar toda a edição planejada para as festividades do centenário, o que teria motivado um determinado recorte. Essas são observações que podem explicar o fato de ter ocorrido certo comprometimento da continuação dos anos subsequentes a 1890, mas é preciso deixar claro que no presente artigo trabalha-se com a hipótese mais provável de que ainda havia um receio por parte dos redatores do periódico em tratar da história republicana.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.